



CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas, em atendimento às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas. Parece do Comitê de Auditoria, do Relatório dos Auditores Independentes e dos Auditores Atuariais Independentes. No exercício de 2022, a Seguradora atingiu prêmios emitidos líquidos de R\$ 625 milhões e prêmios ganhos de R\$ 605 milhões, um crescimento de 7% em prêmios ganhos quando comparado ao exercício de 2021. Como consequência desse crescimento, o Lucro Líquido do exercício apresentou um aumento de 24% comparado ao ano anterior,

atingindo R\$ 48 milhões, e os ativos totais alcançaram R\$ 922 milhões. A Seguradora tem como política de distribuição de dividendos a destinação aos acionistas de parcela relevante do resultado apurado no exercício e saldos remanescentes em reservas distribuíveis de exercícios anteriores, no entanto, os acionistas detêm poderes e direitos de deliberar sobre as destinações dos lucros e reservas, observados os limites do estatuto social e da legislação societária vigente. Em 31 de março de 2022, os acionistas deliberaram em Assembleia Geral Ordinária pela distribuição de dividendos, pagos no 1º semestre de 2022. Para o próximo ano, devido à solidez financeira e às expectativas para a economia e para o setor

A seguradora para um mundo em mudança

a rentabilidade tende a estar em linha com o projetado, permitindo que a Seguradora continue honrando com os compromissos com todos os seus interlocutores e entregando a rentabilidade esperada pelos seus acionistas. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ATIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		475.900	413.526
Caixa e Equivalentes de Caixa		755	1.500
Caixa e bancos		755	1.500
Aplicações Financeiras	5	184.127	120.969
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros		83.282	76.554
Prêmios a receber	6	61.312	54.242
Operações com seguradoras		21.728	21.882
Operações com resseguradoras		82	286
Outros créditos operacionais		160	144
Ativos de Resseguro e Retrocessão		348	271
Títulos e Créditos a Receber		22.291	23.054
Títulos e créditos a receber		1.811	2.242
Créditos tributários e previdenciários	7	10.760	13.033
Outros créditos		9.720	7.779
Custos de Aquisição Diferidos		185.101	191.292
Seguros		185.101	191.292
Ativo não Circulante		446.326	456.723
Realizável a Longo Prazo		356.729	354.613
Aplicações Financeiras	5	248.339	261.417
Títulos e Créditos a Receber		5.048	5.345
Créditos tributários e previdenciários	7	5.048	5.345
Outros Valores e Bens		708	295
Ativos de direito de uso		708	295
Custos de Aquisição Diferidos		102.634	87.556
Seguros	8	102.634	87.556
Imobilizado		81	282
Bens móveis		81	282
Intangível		89.516	101.828
Outros intangíveis	10	89.516	101.828
Total do Ativo		922.230	870.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Em milhares de reais)

PASSIVO	Nota	31/12/2022	31/12/2021
Circulante		464.658	457.222
Contas a Pagar		50.599	34.011
Obrigações a pagar	11	32.936	21.057
Impostos e encargos sociais a recolher		10.142	7.335
Encargos trabalhistas		2.837	2.595
Impostos e contribuições		4.583	3.000
Outras contas a pagar	7	101	24
Débitos das Operações com Seguros e Resseguros		12	56.288
Prêmios a restituir		1.545	1.481
Operações com seguradoras		21.256	21.536
Operações com resseguradoras		501	673
Corretores de seguros e resseguros		6.987	5.928
Outros débitos operacionais		26.531	25.712
Depósitos de Terceiros		13	278
Depósitos de terceiros		278	2.244
Provisões Técnicas - Seguros Danos		14	356.553
Provisão de prêmios não ganhos		342.432	349.776
Provisão de sinistros a liquidar		7.851	8.744
Provisão de sinistros ocorridos e não avisados		3.357	2.827
Provisão de despesas relacionadas		2.913	4.271
Outros Débitos		300	219
Passivos de arrendamento		300	219
Passivo não Circulante		180.613	154.372
Exigível a Longo Prazo		180.613	154.372
Contas a Pagar	7	86	107
Tributos diferidos		86	107
Provisões Técnicas - Seguros Danos		14	178.096
Provisão de prêmios não ganhos		178.096	151.152
Outros Débitos		20	2.437
Provisões judiciais		1.992	3.002
Passivos de arrendamento		439	111
Patrimônio Líquido		15	276.959
Capital social - estrangeiro		233.406	233.406
Reserva de lucros		48.362	30.264
Ajuste com títulos e valores mobiliários		(4.809)	(5.101)
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		922.230	870.363

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros			Ajuste T/M	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Estatutária	Reservas de Lucros			
Em 31 de dezembro de 2020	233.406	8.501	92.334	-	7.306	-	341.547
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	(12.407)	-	(12.407)
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	(74)	-	38.836	38.836
Impacto da adoção inicial do CPC 06 (R2) de acordo com a Circular SUSEP 615/2020	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	1.942	-	-	-	(1.942)	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2021	-	-	(90.661)	-	-	-	(90.661)
Distribuição de dividendos intermediários - AGE de 10/12/2021	-	-	(18.672)	-	-	-	(18.672)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	36.894	-	-	(36.894)	-
Em 31 de dezembro de 2021	233.406	10.443	19.895	(74)	(5.101)	-	258.569
Em 31 de dezembro de 2022	233.406	10.443	19.895	(74)	(5.101)	-	258.569
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-	-	-	292	-	292
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	-	-	48.224	48.224
Reserva legal	-	2.411	-	-	-	(2.411)	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGO de 31/03/2022 (nota 15.e)	-	-	(18.672)	-	-	-	(18.672)
Reserva de retenção de lucros para futura destinação aos acionistas	-	-	34.359	-	-	(34.359)	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$0,05 por ação)	-	-	-	-	-	(11.454)	(11.454)
Em 31 de dezembro de 2022	233.406	12.854	35.582	(74)	(4.809)	-	276.959

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora") é uma sociedade anônima de capital fechado, do Grupo BNP Paribas Cardif, constituída em 25 de maio de 2006, conforme assembleia geral de seus acionistas, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar nos seguros de danos, e pela SUSEP, através da Portaria SUSEP nº 2.500 de 16 de agosto de 2006. Está localizada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909 - Torre Sul - 8º andar na Cidade de São Paulo/SP. A Seguradora tem por objeto social a realização de todas as operações de seguros de danos, como definidas pela legislação vigente em todo território nacional, com aprovação para comercializar seus produtos nos seguintes ramos: acidentes pessoais passageiros, automóvel, compreensivo empresarial, compreensivo residencial, extensão de garantias, extensão de garantias (auto), fiança locatícia, microsseguros danos, riscos diversos e roubo. Foi assinado contrato com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., empresa do Grupo BNP Paribas Cardif, no qual esta se compromete a compartilhar os custos relacionais à operacional e administrativa das operações da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. Os custos das operações são ressarcidos à Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. conforme acordo. Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 17/02/2023.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão detalhadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1 Base de preparação:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) que consideram os critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar, pela Circular SUSEP nº 648/2021, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeito no patrimônio líquido e os títulos e valores mobiliários foram mensurados a valor justo por meio de resultado. As práticas contábeis adotadas pela Seguradora para o registro das operações e elaboração das demonstrações financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Seguradora no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as demonstrações financeiras, que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. A Circular SUSEP nº 648/2021 define critérios para fins de cálculo da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IPNR) e da parcela da Provisão de Prêmios Não Ganhos relativa aos Riscos Vigentes e Não Emitidos (PNNG-RVNE), a serem adotados pelas seguradoras que não possuem base de dados consolidada para utilização de metodologia própria. Os critérios adotados pela Seguradora para a constituição destes passivos estão descritos na Nota 2.12.1.2. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Seguradora atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Seguradora. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4 Ativos financeiros:** **2.4.1 Classificação:** A Seguradora classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; e (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Seguradora e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores do fundo, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e apropriado ao resultado no momento de sua realização. Os ativos financeiros disponíveis para venda são apresentados como circulante ou não circulante observando as datas de vencimento dos ativos. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por prêmios a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados prêmios vencidos há mais de sessenta dias, a Administração da Seguradora é responsável por traçar um plano de recuperação desses prêmios, incluindo a necessidade de eventuais ajustes por redução ao valor recuperável. **2.4.2 Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescido dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ativos disponíveis para venda. Os ativos financeiros são avaliados ao valor justo por meio do resultado, sendo inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Seguradora tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "resultado financeiro", líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "resultado financeiro". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte do "resultado financeiro". **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** **a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Seguradora avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Seguradora usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; e (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda:** A Seguradora avalia na final de cada período de apresentação das demonstrações financeiras se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.4.4 Compensação de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.5 Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos títulos públicos federais (LTNs, LFTs, NTNFS-B e NTNFS-F), e títulos autorizados (LFTs e debêntures) estão classificados na categoria "disponíveis para a venda", levando em consideração a data de vencimento dos ativos financeiros e a intenção da Seguradora em negociação dos títulos. Consequentemente, para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre ativo circulante e não circulante. As quotas de fundos de investimentos estão classificadas como títulos "mensurados ao valor justo por meio do resultado", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Seguradora.

2.6 Despesas antecipadas: As despesas antecipadas são constituídas por desembolsos que se referem a despesas relativas a competências futuras, estas despesas são reconhecidas no resultado considerando a estimativa de utilização e realização dos custos envolvidos. **2.7 Arrendamentos:** A Seguradora possui contratos de arrendamento de veículos cujo prazo médio contratual é de 36 meses. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritas, porém os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantias de empréstimos ou sublocados. Os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso da Seguradora. Cada pagamento de arrendamento é alocado entre o passivo e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período de arrendamento. O ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo ou do prazo de arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Os ativos e passivos provenientes de um arrendamento são inicialmente mensurados ao valor presente. Os passivos de arrendamento incluem o valor presente líquido dos pagamentos de arrendamentos a seguir: • Pagamentos fixos: • Pagamentos variáveis de arrendamento variáveis dependendo de índice ou de taxa. Os pagamentos de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o exercício do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada exercício. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, de acordo com os itens a seguir: • O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; • Quaisquer pagamentos de arrendamento feitos na data inicial, ou antes dela, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos; • Quaisquer custos diretos iniciais; e • Custos de restauração. Os ativos de direito de uso geralmente são depreciados ao longo da vida útil do ativo ou do prazo do arrendamento pelo método linear, dos dois o menor. Se a Seguradora estiver razoavelmente certa de que irá exercer uma opção de compra, o ativo de direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo e todos os arrendamentos de ativo de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de TI. A Seguradora não tem a intenção de prorrogar os contratos de arrendamento de veículos ou extinguir antes do término. **2.8 Ativo imobilizado:** Os ativos imobilizados estão registrados ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em conta o tempo de vida útil dos bens. **2.9 Ativo intangível:** Ativo intangível é um bem não monetário identificável, ou seja, um ativo separável, podendo ser vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado. É resultante de direitos contratuais, não possui substância física e é controlado pela entidade e gerador de benefícios futuros. Na Seguradora, representa os recursos pendidos nas seguintes destinações: • Contratos de exclusividade nas distribuições de prêmios de seguros em terceiros, canais de distribuição, que são amortizados considerando a estimativa de recuperação dos custos envolvidos, durante o período de vigência do contrato. O ativo intangível é contabilizado em razão das características de cada contrato e seus mecanismos de proteção e amortizado levando em consideração benefícios econômicos relacionados ao projeto; e • Softwares adquiridos, que estão sendo amortizados em função do prazo de utilização dos ativos. A Seguradora realiza teste de impairment anualmente ou sempre que possui evidência razoável de perdas possíveis. **2.10 Custos de aquisição diferidos (CAD):** Os custos de aquisição diferidos são todos os custos relacionados à aquisição de contratos de seguro de riscos a decorrer, diferidos de acordo com o período de risco ainda não decorrido. As parcelas decorridas são apropriadas no resultado. O CAD é considerado no teste de adequação dos passivos de seguro, em consonância com o pronunciamento emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - "Contratos de Seguro" - CPC 11 e com base nas determinações da Circular SUSEP nº 648/2021. **2.11 Contratos de Seguro:** A Seguradora classifica todos os seus certificados/bilhetes emitidos como contratos de seguro, uma vez que esses contratos transferem riscos à Seguradora. Em geral, define-se como "risco de seguro" a possibilidade de pagar indenizações aos segurados, devido à ocorrência de um evento futuro, incerto, específico e adverso ao segurado. **Prêmios de seguro:** Os prêmios de seguro, são reconhecidos no resultado quando da emissão das apólices, certificados ou bilhetes, e ajustados por meio da variação das provisões de prêmios não ganhos e dos custos de aquisição diferidos, de acordo com seu período de vigência. A Administração utiliza como prática, estimativas atuariais de prêmios e comissões relativos a riscos vigentes e não emitidos, visando alocar tais valores no mês a que se referem. **2.12 Avaliação dos passivos relacionados aos contratos de seguro:** **2.12.1 Passivos de contratos de seguro:** **a) Provisão de Prêmios Não Ganhos (PNNG):** É constituída para a cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer, ao longo dos prazos a decorrer, referentes aos riscos assumidos na data-base de cálculo, obedecidos os seguintes critérios: o cálculo considera a parcela de prêmios não ganhos na data de sua apuração em cada ramo, por meio de cálculos individuais por apólice/certificado/bilhete ou dados representativos de todos os contratos assumidos na data-base de sua constituição ou a eles relacionados e considera: (i) o período entre a emissão e o início de vigência do risco, o período de vigência a decorrer igual ao prazo de vigência do risco, e (ii) após a emissão e o início de vigência do risco, a provisão é calculada *pro rata die*, considerando, para a obtenção do período de vigência a decorrer, a data-base de cálculo da provisão e a data-fim de vigência do risco. **b) Provisão de Prêmios Não Ganhos - Riscos Vigentes Não Emitidos (PNNG-RVNE):** É constituída quando as apólices/certificados/bilhetes de seguro não tiveram suas emissões realizadas no mesmo mês em que iniciaram suas vigências, mas em meses posteriores. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento das emissões, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **c) Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a pagamentos únicos e rendas vencidas, de sinistros avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido, obedecidos os seguintes critérios: (i) a provisão abrange os valores relativos a indenizações vencidas, incluindo atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais, além dos montantes estimados referentes às ações judiciais e os resultados de sentença transitada em julgado; (ii) a provisão deverá contemplar, quando necessário, os ajustes de IBNER (sinistros ocorridos e não suficientemente avisados) para o desenvolvimento agregado dos sinistros avisados e ainda não pagos, cujos valores poderão ser alterados ao longo do processo até a sua liquidação final; (iii) levando a expectativa de recebimento de salvados e ressarcidos deverá ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados e ressarcidos no PSL. **d) Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados a liquidar relativos a sinistros ocorridos e não avisados até a data-base de cálculo, incluindo as operações de cosseguro aceito, brutos das operações de resseguro e líquidos das operações de cosseguro cedido. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off*. **e) Provisão de Despesas Relacionadas (PDR):** É constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas a sinistros. Essa provisão deverá abranger todas as despesas relacionadas à liquidação de indenizações, em função de sinistros ocorridos, avisados ou não. O valor da provisão é estimado por intermédio da utilização de triângulos de desenvolvimento dos sinistros, denominados de triângulos de *run-off* ou determinados através da utilização de outros critérios definidos em nota técnica atuarial, quando não houver dados históricos suficientes para utilização de triângulos de *run-off*. **f) Provisão Complementar de Cobertura (PCC):** Deve ser constituída, quando for constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no teste de adequação dos passivos, de acordo com as determinações especificadas na regulamentação em vigor. De acordo com o teste realizado na data-base de 31 de dezembro de 2022, não houve a necessidade de constituição dessa provisão. **2.12.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** A Circular SUSEP nº 648/2021 requer que as Seguradoras enquadramos nos segmentos S1, S2 e S3 elaborarem o Teste de Adequação de Passivos (TAP) nas datas-base de 30 de junho e 31 de dezembro, para avaliar as obrigações decorrentes dos seus contratos e certificados, utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas. A análise é utilizada para demonstrar que caso o valor contábil dos passivos de seguro (deduzindo-se os custos de aquisição diferidos dos contratos e ativos intangíveis de seguro) for inferior aos fluxos de caixa futuros esperados, deverá ser contabilizada imediatamente no resultado do período quando deficiência identificada. Em 31 de dezembro de 2022, tal teste foi realizado utilizando-se de premissas atuariais correntes do fluxo de caixa futuro de todos os contratos de seguro em aberto na data de balanço e brutos de resseguro. Para tal, os contratos de seguro foram agrupados, de acordo com a legislação

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2022	2021
Lucro Líquido do exercício	48.224	38.836
Ajustes para		
Depreciação e amortização	22.910	25.650
Redução ao valor recuperável de recebíveis	(1.644)	(935)
Varição nas Contas Patrimoniais		
Aumentos financeiros	(48.788)	45.920
Créditos das operações com seguros e resseguros	(5.084)	15.289
Ativos de resseguro	(777)	372
Títulos e créditos a receber	1.060	(6.974)
Despesas antecipadas	-	57
Custos de aquisição diferidos	(8.887)	(15.291)
Fornecedores e outras contas a pagar	3.531	(967)
Impostos e contribuições	26.355	97
Débitos de operações com seguros e resseguros	1.598	(8.428)
Depósitos de terceiros	(1.966)	(320)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	17.879	



CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022

diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que a Seguradora irá liquidar, para isso a Seguradora se utiliza de todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuariados da Seguradora para definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurador já tenha ocorrido, consequentemente, os valores provisionados podem diferir dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. **c) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** O processo de gerenciamento de risco visa a obtenção e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico. **d) Estimativas utilizadas para cálculo de impairment de ativos financeiros:** A Seguradora aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 38 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A Seguradora aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os prêmios a receber. **e) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação do horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de julgamento da Administração da Seguradora, e estudo técnico de acordo com a Circular SUSEP nº 648/2021.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Seguradora está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: • Risco de subscrição; • Risco de crédito; • Risco de liquidez; • Risco de mercado; e • Risco operacional. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de riscos:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideramos investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos e controles internos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários e ferramentas. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o necessário fôco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O processo de gerenciamento de riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro da Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), com a participação de todas as camadas e linhas de defesas que fazem parte do escopo da Governança Corporativa, abrangendo desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios, conforme previsto na Resolução CNSP 416/2021. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. A Gestão de Riscos na Seguradora, se divide em Gestão de Riscos Qualitativos e Gestão de Riscos Quantitativos, responsáveis por monitorar e suportar continuamente a gestão de riscos corporativos da organização, dentro de um processo que permeia a supervisão, o controle da eficácia dos sistemas de controles internos, da gestão risco, vigilância e notificação de exposição a riscos. Por fim, para assegurar a eficácia no Gerenciamento de Riscos, a Seguradora conta também com Conselho de Administração, Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria. **a) Risco de subscrição:** A gestão de riscos de seguro objetiva o acompanhamento constante dos resultados de cada produto comercializado, sempre visando à manutenção e o equilíbrio técnico atuarial dos produtos e, sobretudo, da solvência da Seguradora. Esse constante acompanhamento permite não só corrigir possíveis desvios na sinistralidade, mas também adequar os prêmios de seguro de cada produto para que sejam mais competitivos frente à concorrência. O risco baseado em um contrato de seguro resulta de um acordo mantido entre a Seguradora e o tomador do seguro, sendo que a Seguradora recebe do tomador o prêmio correspondente ao risco que é transferido para a Seguradora, que concorda em compensar o tomador, segurado ou beneficiário, através de pagamentos em forma de indenização, quando da ocorrência de um acontecimento que afete advenimento o tomador, segurado ou beneficiário. Considerando que os contratos de seguro são adequadamente precificados através de modelos estatísticos, o risco transferido para a Seguradora é o de que os sinistros avisados excedam o valor esperado/provisionado. Isso ocorre em função da frequência e/ou da severidade dos sinistros. A experiência histórica demonstra que, quanto maior o grupo de contratos de riscos similares, menor seria a variabilidade sobre os fluxos de caixa que a Seguradora incorreria para fazer frente aos eventos de sinistros. A Seguradora possui contrato de Resseguro Proporcional (quota parte e excedente de responsabilidade) com a Resseguradora Swiss Re para seguros residenciais e Resseguro Não Proporcional para excesso de danos por eventos catastróficos. Os valores de prêmios de resseguros representam menos que 0,1% do prêmio emitido no ano de 2022. A Swiss Re está classificada como resseguradora local e apresenta o rating AA-, Aa3 e A+, conforme as principais agências de classificação de risco. **Estratégia de subscrição:** A subscrição é o processo de decisão quanto à aceitação ou rejeição do risco pela Seguradora, também conhecido como "underwriting" ou análise de risco. A estratégia de subscrição visa diversificar as operações de seguros para assegurar o balanceamento da carteira e pode se basear no agrupamento de riscos com características similares, de forma a reduzir o impacto de riscos isolados. Essa estratégia é definida através da política interna de subscrição por tipo de cobertura comercializada definida pela Matriz (Matriz da Seguradora Cardif, situada na França) e que define as práticas permitidas ou excluídas por tipo de risco e tipo de produto, as regras de aceitação, riscos cobertos e excluídos, limites de cobertura, formas de comercialização, tipos de prêmios, sinistros indenizáveis, os períodos de carência e franquias aplicáveis, canais de distribuição e demais orientações. Existe uma "Global Guideline" para cada cobertura comercializada. **Exposição de risco individual:** A tabela a seguir apresenta nossa exposição máxima ao risco por contrato de seguro para os segmentos do ramo de seguros em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

Ramo	Em milhares de reais (Importância segurada)	
	Exposição máxima ao risco 31/12/2022	Exposição máxima ao risco 31/12/2021
Compreensivo residencial	R\$ 630	R\$ 600
Roubo	R\$ 100	R\$ 100
Compreensivo empresarial	R\$ 315	R\$ 600
Riscos diversos	R\$ 1.100	R\$ 1.875
Extensão de garantias	R\$ 100	R\$ 100
Acidentes Pessoais Passageiros (APP)	R\$ 100	R\$ 113
Extensão de garantias - Auto	R\$ 3.120	R\$ 2.710
Automóvel	R\$ 100	R\$ 136
Assistência e Outras Cobert. - Auto	R\$ 100	R\$ 100
Riscos Financeiros	R\$ 100	R\$ 100
Fiança locatícia	R\$ 651	R\$ 651
Microseguros danos	R\$ 160	R\$ 160

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios
O monitoramento da carteira de contratos de seguro permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão de sinistros); e (iii) casamento de ativos e passivos. Além disso, o TAP (Teste de Adequação de Passivos) é realizado com o objetivo de averiguar a adequação do montante registrado contabilmente a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. O risco de seguro de bens e danos resulta de: • Flutuações na ocorrência, frequência e gravidade dos sinistros e das indenizações de sinistros relativas a expectativas; • Precificação incorreta ou subscrição inadequada de riscos; e • Provisões técnicas insuficientes ou supervalorizadas. A natureza dos seguros subscritos é de média duração. As estratégias e metas de subscrição são ajustadas pela Administração e divulgadas através de políticas internas e manuais de práticas e procedimentos. A seguir apresentamos um resumo dos riscos inerentes nas principais linhas de negócios de seguros de danos: • Perda e roubo de cartão; garante o pagamento de transações irregulares realizadas com cartão de débito ou crédito do segurado, em caso de perda, roubo, furto ou saque sob coação; • Proteção financeira: garante a liquidação do financiamento obtido pelo segurado, em casos de desemprego involuntário, incapacidade física total temporária, falecimento e invalidez total e permanente por acidente deste; e • Residencial: garante ao segurado o pagamento de indenização por prejuízos causados à estrutura do imóvel e/ou ao seu conteúdo, decorrentes de incêndio, queda de raio, explosão, danos elétricos ou vendavais. O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa. **Resultados do teste de sensibilidade:** Os resultados dos testes de sensibilidade abaixo demonstrados representam o impacto em uma base razoável de mudança esperada das premissas atuariais.

Fator de sensibilidade	Descrição do fator de sensibilidade aplicado
Taxa de juros e retorno de investimento	O impacto de uma mudança nas taxas de juros de mercado de ± 2% (exemplo: se a taxa de juros atual é de 10%, o impacto de uma mudança imediata para 8% e 12%). O teste permite consistentemente mudanças similares em retornos de investimento e movimentações no valor de mercado de títulos de juros fixos utilizados como respaldo.
Índices de sinistralidade	O impacto de uma mudança na taxa de sinistralidade de 10% sobre a taxa atual.

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2022	Taxas de juros	Taxas de juros	Sinistralidade ⁽¹⁾
	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	8.040	(8.089)	(9.040)
Impacto sobre o patrimônio líquido	4.824	(4.853)	(5.424)

Sensibilidade em 31 de dezembro de 2021	Taxas de juros	Taxas de juros	Sinistralidade ⁽¹⁾
	2%	-2%	10%
Impacto sobre lucro antes de impostos e contribuições	5.923	(10.343)	(7.769)
Impacto sobre o patrimônio líquido	3.554	(6.206)	(4.661)

⁽¹⁾ Na hipótese de a sinistralidade apresentar variação de -10% os impactos econômicos seriam inversamente proporcionais aos apresentados no quadro acima. **Limitações da análise de sensibilidade:** Os quadros acima demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve também ser observado que essas sensibilidade não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados. As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Seguradora poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção. Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração da Seguradora de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas de forma confiável, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica. **Sensibilidade das estimativas:** Os ativos financeiros são mensurados pelo valor justo com base nas informações cotadas no mercado ou em dados de mercado observados. Quando estimativas são usadas, estas se baseiam em uma combinação de evidências de terceiros independentes e modelos desenvolvidos internamente, ajustados aos dados de mercado observáveis, quando possível. Enquanto que essas avaliações são sensíveis a estimativas, acredita-se que alterar uma ou mais premissas para premissas alternativas razoavelmente possíveis não alteraria o valor justo de maneira significativa. **Concentração de riscos:** O risco de catástrofe natural é avaliado pela projeção de perdas potenciais nas áreas mais predispostas a perigos. Essas avaliações abordam principalmente o risco de tornados, granizo, vendavais, terremotos, enchentes de rios, epidemias, condições climáticas e outros fatores. As catástrofes provocadas pelo homem incluem, entre outros, incêndios em grande escala e terrorismo. Os riscos de catástrofes provocadas pelo homem apresentam um desafio para ser avaliado, devido ao alto grau de incerteza sobre quais eventos poderiam efetivamente ocorrer. Potenciais exposições são monitoradas analisando determinadas concentrações em algumas áreas geográficas, utilizando uma série de premissas sobre as características potenciais da ameaça. O quadro abaixo mostra a concentração de risco no âmbito do negócio por região e linha de negócios baseada nos prêmios diretos subscritos. A exposição aos riscos varia significativamente por região geográfica e pode mudar ao longo do tempo.

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2022						
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	33.234	12.726	17.742	3.798	9.384	76.884
Microseguros de danos	62.670	23.855	33.131	7.172	17.779	144.607
Riscos diversos	153.663	55.849	87.546	16.692	41.252	345.002
Automóvel	24.789	9.433	13.143	2.881	7.127	57.373
Compreensivo residencial	518	163	227	49	119	1.076
Total	274.874	102.026	141.789	30.592	75.661	624.942

Total de prêmios emitidos líquidos por regiões geográficas em 31 de dezembro de 2021						
Ramo	Sudeste	Sul	Nordeste	Norte	Centro-Oeste	Total
Extensão de garantias	60.895	7.302	11.672	1.886	4.927	86.682
Microseguros de danos	105.426	9.415	14.097	2.520	6.720	138.178
Riscos diversos	239.688	27.992	41.745	7.682	20.172	337.279
Automóvel	26.454	3.306	4.970	915	2.377	38.022
Fiança locatícia (*)	(299)	(133)	(217)	(42)	(77)	(768)
Compreensivo residencial	1.754	253	360	65	88	2.520
Total	433.918	48.135	72.627	13.026	34.207	601.913

(*) Fiança locatícia: Em 12/09/2019 a Seguradora realizou a cessão parcial da carteira de fiança, assim os valores apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 representam o *run-off* desta carteira conforme condições contratuais. **b) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Seguradora. O risco de crédito relacionado à operação de seguros da Seguradora está integralmente concentrado nos parceiros de venda, que repassam os valores dos prêmios à Seguradora, independentemente do seu recebimento do

seguro. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Seguradora, distribuídos por *rating* de crédito divulgados por agências renomadas de *rating* (*Standard & Poors, Fitch Ratings Brasil e Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem *rating*" compreendem, substancialmente, a valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2022				
	AAA	AA	AA Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	546	-	208	755
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	93.233	93.233
Títulos de renda fixa privados	15.257	-	14.275	-
Títulos de renda fixa públicos	309.701	-	-	309.701
Prêmios a receber de seguros	-	-	61.312	61.312
Exposição máxima ao risco de crédito	325.504	-	14.483	154.545
				494.533

Composição da carteira por categoria contábil - 31 de dezembro de 2021				
	AAA	AA	AA Sem rating	Saldo consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	1.265	-	235	1.500
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	60.438	60.438
Títulos de renda fixa privados	17.916	4.226	15.839	-
Títulos de renda fixa públicos	283.967	-	-	283.967
Prêmios a receber de seguros	-	-	54.242	54.242
Exposição máxima ao risco de crédito	303.149	4.226	16.074	438.248

c) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Seguradora saltar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Controles exaustivos da liquidez são mantidos para garantir recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro e tem por objetivo controlar os diferentes decasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O alinhamento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Seguradora a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar os riscos financeiros. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de *stress*. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets and Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações e benefícios são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade em manter o balanceamento de ativos e passivos. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela gerência financeira e tem por objetivo controlar os diferentes decasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Seguradora monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2022						
	Sem vencimento					
	0 - 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 24	Acima de 24 meses
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	93.233
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa privados	9.503	12.379	168	1.695	3.717	2.070
Títulos de renda fixa públicos	24.398	42.751	-	-	77.224	165.328
Créditos das operações com seguros e resseguros						
Prêmios a receber de seguros	61.312	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	21.728	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	755	-	-	-	-	-
Quotas de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	287.735
Total dos ativos financeiros	117.696	55.130	168	1.695	80.941	167.398
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	534.649
Passivos financeiros						
Obrigações a pagar	32.936	-	-	-	-	-
Impostos, contribuições e encargos sociais	14.725	-	-	-	-	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	56.928	-	-	-	-	-
Encargos trabalhistas	2.837	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	278	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos	75	76	73	76	439	-
Total dos passivos financeiros	107.779	76	73	76	439	534.649
Fluxos de caixa contratuais em 31 de dezembro de 2021						
	0 - 3	4 - 6	7 - 9	10 - 12	13 - 24	Acima de 24 meses
Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado						
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	-	-	-	60.438
Ativos financeiros disponíveis para venda						
Títulos de renda fixa privados	-	4.746	-	5.353	21.299	6.583
Títulos de renda fixa públicos	-	-	50.432	-	87.488	146.047
Créditos das operações com seguros e resseguros						
Prêmios a receber de seguros	54.242	-	-	-	-	-
Operações com seguradoras	21.882	-	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	1.500	-	-	-	-	-
Custos de aquisição diferidos	-	-	-	-	-	278.848
Total dos ativos financeiros	77.624	4.746	50.432	5.353	108.787	152.630
Provisões técnicas de seguros	-	-	-	-	-	516.770
Passivos financeiros						
Obrigações a pagar	21.057	-	-	-	-	-
Impostos, contribuições e encargos sociais	10.335	-	-	-	-	-
Débitos de operações com seguros e resseguros	55.330	-	-	-	-	-
Encargos trabalhistas	2.595	-	-	-	-	-
Depósitos de terceiros	2.244	-	-	-	-	-
Passivos de arrendamentos	80	72	39	27	89	23
Total dos passivos financeiros	91.641	72	39	27	89	23

Os títulos públicos de renda fixa da Seguradora estão classificados como disponíveis para venda, sendo ajustados ao valor de mercado, estando disponíveis para resgate em qualquer momento independente da data de vencimento, sem nenhum prejuízo para Seguradora. **d) Risco de mercado:** É a exposição a ocorrência de perdas resultantes da flutuação dos valores de mercado, incluindo variação cambial, das taxas de juros, dos preços das ações, dos índices de preços e outros índices sobre esses fatores de risco. **Risco operacional:** A Seguradora define risco operacional como o risco de perda resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou falhos e de eventos externos que ocasionem ou não a interrupção de negócios. A gestão de risco operacional é fundamentada na elaboração e implantação de metodologias e ferramentas que uniformizam o formato de coleta e tratamento dos dados históricos de perdas, e encontra-se de acordo com as melhores práticas de gestão do risco operacional. **f) Gestão do capital: Gerenciamento de capital:** O gestão de capital da Seguradora procura otimizar a relação risco versus retorno de modo a minimizar perdas, por meio de estratégias de negócios bem definidas, em busca de maior eficiência na composição dos fatores que impactam na Margem de Solvência e/ou Capital Mínimo Requerido (Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 e alterações posteriores o Capital Mínimo Requerido (CMR) para funcionamento das sociedades seguradoras equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (riscos de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A Seguradora executa sua gestão de risco de capital através de um modelo de gestão centralizado com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório segundo critérios de exigibilidade de capital mínimos requeridos pela SUSEP. A estratégia e modelo utilizado pela Administração consideram ambos como capital regulatório e capital econômico, segundo a visão de gestão de risco de capital adotada pela Seguradora. A estratégia de gestão de risco de capital é de continuar a maximizar o valor do capital por meio da otimização de ambos os níveis e manter níveis de precificação adequados para os contratos subscritos. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão do planejamento estratégico da Seguradora. A Seguradora manteve níveis de capital acima dos requerimentos mínimos regulatórios. Vide tabela apresentada na Nota 16, com o cálculo do capital mínimo regulatório da Seguradora em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.

5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Estão representadas por títulos públicos e privados de renda fixa, avaliados ao valor de mercado na data do balanço. Os níveis de evidênciação do valor justo dos títulos foram apresentados seguindo as seguintes definições: • Nível 1 - títulos com cotação em mercado ativo; • Nível 2 - títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável; e • Nível 3 - títulos que não possuem seus custos determinados com base em um mercado observável. A Seguradora não detém títulos que obedeçam a essa definição.

a) 30 dias							
	ou em	31 a 181 a	181 a 360	360 a 540	% Valor	Ajuste da	
	avali-	avali-	avali-	avali-	de refe-	ação a	
	mento	mento	mento	mento	rencia	(I) mercado	
Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado (I)	93.233	-	-	-	93.233	22%	9



A seguradora para um mundo em mudança

CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Em 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

12 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios a restituir	1.545	1.481
Operações com seguradoras (**)	21.364	21.336
Operações com resseguradoras	501	673
Corretores de seguros e resseguros	6.987	5.928
Agentes e correspondentes (*)	24.134	21.723
Participações de lucros (profit sharing) (*)	2.397	3.989
Total	56.928	55.330

(*) Os saldos de comissão, agenciamento, pró-labore e participação de lucros (profit sharing) a pagar são calculados de acordo com os contratos comerciais.
(**) Representam saldos relacionados às operações de cosseguro cedido.

13 DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Registra os depósitos recebidos pela Seguradora e ainda não identificados. Demonstramos abaixo a composição desses depósitos considerando as datas de recebimento:

31 de dezembro de 2022						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
Prêmios e emolumentos	7	88	9	17	-	15
Outros depósitos	16	1	71	4	22	28
Total	23	89	80	21	22	43

31 de dezembro de 2021						
	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Superior a 365 dias
Prêmios e emolumentos	2.161	1	-	-	-	2.162
Outros depósitos	2	6	8	34	20	12
Total	2.163	7	8	34	20	12.244

14 PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGUROS - DANOS

a) Composição das provisões técnicas

Ramo	Provisão de prêmios não ganhos (a)		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão IBNR		Provisão de despesas relacionadas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Extensão de garantias	143.941	187.332	935	1.430	367	420	730	1.282
Microseguros de danos	99.214	86.007	1.943	1.028	1.481	935	222	210
Riscos diversos	160.403	160.812	4.558	4.749	1.361	1.430	1.710	1.890
Automóvel	116.938	66.709	415	1.177	148	-	179	343

d) Tabela de desenvolvimento de sinistros

Ano de Ocorrência	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
No final do ano de divulgação	6.771	22.576	37.880	53.473	75.665	121.176	96.158	87.560	74.452	70.550	83.025	780.307
Até 1 ano depois	7.546	24.772	38.972	57.260	79.693	129.402	104.213	90.508	76.867	72.847	-	780.307
Até 2 anos depois	7.729	24.995	39.473	57.959	81.130	131.219	105.736	91.298	77.249	-	-	780.307
Até 3 anos depois	7.726	25.168	39.925	58.287	81.668	132.350	106.022	91.547	-	-	-	780.307
Até 4 anos depois	7.775	25.576	40.234	58.830	82.019	132.840	106.098	-	-	-	-	780.307
Até 5 anos depois	7.793	26.160	40.239	58.872	82.365	132.973	-	-	-	-	-	780.307
Até 6 anos depois	8.082	25.960	40.192	59.066	82.624	-	-	-	-	-	-	780.307
Até 7 anos depois	8.053	26.219	40.260	59.173	-	-	-	-	-	-	-	780.307
Até 8 anos depois	8.077	26.155	40.451	-	-	-	-	-	-	-	-	780.307
Até 9 anos depois	8.068	26.247	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780.307
Até 10 anos depois	8.073	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	780.307
Estimativa Corrente	8.073	26.247	40.451	59.173	82.624	132.973	106.098	91.547	77.249	72.847	83.025	780.307
Pagamentos acumulados	8.061	26.190	40.297	59.099	82.531	132.776	105.908	91.476	77.157	72.583	72.978	769.056
Ajuste da PSL (IBNeR)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.400)
Passivo reconhecido no balanço	12	57	154	74	93	197	190	71	92	264	10.047	7.851

e) Teste de Adequação dos Passivos (TAP): O resultado do teste efetuado em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 demonstrou suficiência na adequação dos passivos, não sendo necessária a constituição de qualquer provisão complementar de cobertura.

15 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social: Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Seguradora totaliza R\$ 233.406 (R\$ 233.406 em 31 de dezembro de 2021), subscritos, integralizados e aprovados pela SUSEP divididos em 233.406.023 ações ordinárias nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reservas de lucros:** As reservas de lucros são compostas por R\$ 12.854 (R\$ 10.443 em 31 de dezembro de 2021) referentes à reserva legal e R\$ 35.582 (R\$ 19.895 em 31 de dezembro de 2021) de reserva estatutária, e um saldo devedor de R\$ 74 em outras reservas de lucros. **c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2022, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$ 38.694, sendo R\$ 18.672 a título de dividendos intermediários de 2021, e R\$ 18.672 como destinação das reservas de lucros existentes, que foram pagos aos acionistas no dia 20 de maio de 2022. Em 31 de dezembro de 2022, foram constituídos dividendos mínimos obrigatórios no valor de R\$ 11.454 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2021) e o restante do Lucro Líquido do exercício foi mantido em reserva de lucros para futura destinação aos acionistas.

16 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO, CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO E LIQUIDEZ EM RELAÇÃO AO CAPITAL DE RISCO

As sociedades seguradoras deverão apresentar em cada fechamento mensal, Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e liquidez em relação ao Capital de Risco (CR). Nos termos da Resolução CNSP nº 432/2021 a alterações posteriores, o CMR equivale ao maior valor entre o capital-base e o capital de risco (risco de subscrição, de crédito, operacional e de mercado). A suficiência destes indicadores de solvência está demonstrada abaixo:

	31/12/2022	31/12/2021
Patrimônio líquido ajustado		
(+) PLA de nível 1	171.910	138.700
(+) PLA de nível 2	41.132	42.647
(+) PLA de nível 3	13.670	13.301
(-) Ajustes do excesso de PLA de nível 2 e PLA de nível 3	(9.235)	(11.612)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	217.477	183.035
Capital Mínimo Requerido (CMR)	15.000	15.000
a) Capital-base	91.134	88.671
(+) Capital de risco de subscrição	74.219	73.980
(+) Capital de risco de crédito	16.760	14.608
(+) Capital de risco operacional	4.147	3.789
(+) Capital de risco de mercado	9.671	8.321
(-) Benefício da correlação entre os capitais	(13.663)	(12.027)
Capital mínimo requerido (o maior entre a e b)	91.134	88.671
Suficiência (PLA - CMR)	126.343	94.364
Suficiência % (Suficiência - CMR)	139%	106%

17 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

a) Ramo de atuação: Dos ramos de atuação com os quais a Seguradora opera, os principais são a extensão de garantias (garantia estendida), microseguros de danos e riscos diversos. O primeiro objetiva fornecer ao segurado a extensão ou complementação da garantia original de fábrica estabelecida no contrato de compra e venda de bens e o segundo é destinado a cobertura de roubo, furto qualificado e quebra accidental de eletrônicos, principalmente celulares, ambos mediante pagamento do prêmio de seguro. Em 12/09/2019 a Seguradora realizou a cessão parcial da carteira de fiança locatícia, assim os valores apresentados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 representam o *run-off* desta carteira conforme condições contratuais.

	31/12/2022	31/12/2021
Prêmios emitidos líquidos		
Extensão de garantias	76.884	86.682
Microseguros de danos	144.607	138.178
Riscos diversos	345.002	337.279
Automóvel	57.373	38.022
Fiança locatícia	-	(768)
Compreensivo residencial	1.076	2.520
Total	624.942	601.913
Variação das provisões técnicas		
Extensão de garantias	43.391	46.045
Microseguros de danos	(13.207)	(39.089)
Riscos diversos	(6.287)	(10.953)
Automóvel	(43.532)	(32.423)
Compreensivo residencial	36	63
Total	(19.599)	(36.357)
Sinistros ocorridos		
Extensão de garantias	(15.020)	(16.160)
Microseguros de danos	(26.788)	(13.726)
Riscos diversos	(38.636)	(39.859)
Automóvel	(1.718)	(271)
Fiança locatícia	573	680
Compreensivo residencial	(7.453)	(7.172)
Total	(89.042)	(76.508)

DIRETORIA

Sheynna Hakim Rossignol - Diretora Presidente
Renato Alessandri Alves de Oliveira - Diretor Financeiro e Atuarial

PARECER DO COMITÊ DE AUDITORIA

O Comitê de Auditoria da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. é um órgão estatutário constituído conforme determinações contidas na Resolução do CNSP nº 432 de 12/11/2021. No cumprimento das suas atribuições constantes no regulamento do Comitê e, relativamente a 31 de dezembro de 2022, até a presente data, o Comitê reuniu-se com os responsáveis pelas áreas de Contabilidade, Legal, de Compliance e de gerenciamento de Controles Internos e Riscos, com os auditores externos independentes, com os auditores internos do Grupo BNP Paribas, além dos representantes da Administração da Companhia. No uso das suas atribuições, constatou que não foram identificadas

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. **Escopo da Auditoria:** Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (Sociedade) em 31 de dezembro de 2022 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinar serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos Atuários Independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuarial - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria

Fiança locatícia	31/12/2022	31/12/2021
Compreensivo residencial	32	68
Total	520.528	500.928

(a) O saldo da provisão técnica PPNG contempla R\$ 46.930 (R\$ 43.163 em 31 de dezembro de 2021) de Provisão de Prêmios Não Ganhos dos riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE).

b) Movimentação das provisões técnicas

	Provisão de prêmios não ganhos (a)		Provisão de sinistros a liquidar		Provisão IBNR		Provisão de despesas relacionadas	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	500.928	464.571	8.744	9.837	2.827	3.114	4.271	5.448
Constituição	333.729	359.070	194.295	159.786	3.357	2.827	2.913	4.271
Apropriação	(314.129)	(322.713)	(113.365)	(91.317)	(2.827)	(3.114)	(4.271)	(5.448)
Pagamentos	-	-	(81.823)	(69.562)	-	-	-	-
Saldo final	520.528	500.928	7.851	8.744	3.357	2.827	2.913	4.271

c) Garantia das provisões técnicas de seguros e resseguros: Estão vinculados para cobertura das provisões técnicas, de acordo com as normas vigentes, os seguintes ativos:

	31/12/2022	31/12/2021
Quotas de fundos de investimentos abertos	93.233	60.438
Títulos de renda fixa privados	29.532	37.981
Títulos de renda fixa públicos	309.701	283.967
Total dos ativos garantidores (a)	432.466	382.386
Total das provisões técnicas	534.649	516.770
(-) Deduções:	(312.474)	(298.590)
Direitos creditórios	(51.977)	(44.541)
CAD redutora da PPNG	(260.489)	(253.994)
Ativos de Resseguro/Retrocessão Redutores da PSL	(8)	(55)
Total das provisões técnicas a serem cobertas (b)	222.175	218.180
Suficiência da cobertura (a - b)	210.291	164.206

Custos de aquisição

	31/12/2022	31/12/2021
Extensão de garantias	(70.995)	(82.497)
Microseguros de danos	(66.882)	(50.095)
Riscos diversos	(185.097)	(177.680)
Automóvel	(6.970)	(2.139)
Fiança locatícia	-	221
Compreensivo residencial	(452)	(1.333)
Total	(330.396)	(313.323)

b) Índice de sinistralidade e comercialização

Ramo	Prêmios ganhos		Sinistralidade %		Comercialização %	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Extensão de garantias	120.275	132.727	12%	12%	59%	62%
Microseguros de danos	131.400	99.089	20%	14%	51%	51%
Riscos diversos	338.715	326.326	11%	12%	55%	54%
Automóvel	13.841	5.599	12%	5%	50%	38%
Fiança locatícia	-	(768)	100%	89%	-	29%
Compreensivo residencial	1.112	2.583	670%	278%	41%	44%
Total	605.343	565.556	15%	14%	55%	55%

c) Outras receitas e (despesas) operacionais

	31/12/2022	31/12/2021
Despesa com inspeção de risco	(734)	(734)
Despesa com administração de apólice	(2.904)	(1.578)
Participação nos lucros (profit sharing)	(5.452)	(5.945)
Provisões civéis (1)	(715)	(790)
Outras receitas com operações de seguros	374	266
Despesa com cobrança	(182)	-
Provisão para redução ao valor recuperável de recebíveis (2)	996	936
Outras receitas operacionais cosseguro cedido	(201)	514



CARDIF DO BRASIL SEGUROS E GARANTIAS S.A. - CNPJ 08.279.191/0001-84

* continuação



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Seguradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Existência e mensuração dos ativos garantidores das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.4, 5 e 14.c)
Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora possui aplicações financeiras que são mantidas em quotas de fundos de investimento e títulos de renda fixa públicos e privados que são oferecidos em cobertura das provisões técnicas de seguros. As aplicações financeiras são mensuradas pelo valor das quotas dos fundos de investimento disponibilizado pelos administradores dos fundos investidos; no caso dos títulos públicos, com base nos preços unitários divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); e, no caso dos títulos privados de renda fixa, a mensuração é obtida, principalmente, por cotação de mercado. Para os títulos de renda fixa sem cotação de mercado, foram utilizados modelos construídos com dados observáveis de mercado. A existência dos títulos de renda fixa é assegurada por meio de conciliações com as informações dos órgãos custodiantes no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC) e/ou B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Já para as cotas de fundos de investimento, a administração utiliza os extratos dos fundos investidos, emitidos pelos respectivos administradores. Considerando a relevância dessas aplicações financeiras no contexto das demonstrações financeiras da Seguradora, a sua existência e sua mensuração continuaram a ser áreas de foco em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento dos principais controles estabelecidos pela administração para a existência e mensuração das aplicações financeiras. Testamos a existência das aplicações financeiras através do confronto das informações da posição de ativos em reserva técnica da Seguradora com os extratos de custódia emitidos pelos respectivos órgãos custodiantes. Adicionalmente, testamos, em base amostral, a existência das movimentações de aplicações, resgates, compras e vendas de ativos financeiros por meio de inspeções documentais e comprovantes de liquidações financeiras. Efetuamos o confronto do valor utilizado para mensuração das aplicações financeiras em quotas dos fundos de investimento com o valor da quota disponibilizado pelo administrador do fundo investido e reexecutamos a valorização dessas aplicações financeiras. Quando apropriado, obtivemos o relatório de auditoria sobre as últimas demonstrações financeiras disponíveis do fundo e analisamos se havia alguma modificação nos relatórios dos auditores com impacto relevante nas demonstrações financeiras do fundo de investimento, a fim de avaliar eventual impacto nos registros contábeis desses ativos na Seguradora. Adicionalmente, para os títulos de renda fixa públicos e privados realizamos, em base amostral, a reexecução da valorização com base nos dados observáveis de mercado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outras Informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório

A administração da Seguradora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Seguradora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Seguradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Seguradora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações

financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião. • A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Seguradora e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras. • Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria. • A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Seguradora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Seguradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Seguradora a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Porque é um PAA

Mensuração das Provisões técnicas de seguros (Notas 2.12.1, 3.b e 14)

Em 31 de dezembro de 2022, a Seguradora apresenta passivos de contratos de seguro registrados na rubrica "Provisões técnicas - Seguros danos" das demonstrações financeiras. A mensuração dos montantes registrados nas provisões técnicas envolve julgamento da administração na definição das metodologias e premissas de cálculo, com destaque para a provisão de prêmios não ganhos de riscos vigentes e não emitidos (PPNG-RVNE) e a provisão de sinistros a liquidar (PSL). Considerando a relevância dos valores e o nível de subjetividade envolvido para a mensuração das provisões técnicas, continuamos a considerar essa uma área de foco de nossos trabalhos de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos principais procedimentos de auditoria consideram a atualização do entendimento e testes de efetividade dos principais controles estabelecidos pela administração para as provisões técnicas de prêmios e sinistros, além do entendimento das premissas e metodologias utilizadas para mensuração das provisões técnicas da Seguradora. Em relação à PSL, testamos a integridade da base de dados de sinistros, analisamos a conciliação das bases de dados com o saldo contábil e verificamos, em base amostral, a existência das documentações dos sinistros avisados e sua correta mensuração, além da inspeção dos pagamentos por meio de comprovantes de liquidações financeiras. Adicionalmente, para os sinistros judiciais, realizamos procedimentos de confirmações dos valores e prognóstico de perda com os advogados externos. Com o apoio de nossos especialistas, realizamos a análise das principais premissas atuariais e metodologias adotadas pela administração para mensuração da provisão técnica de PPNG-RVNE e suas correspondentes implementações de acordo com as documentações técnicas pertinentes. Ainda, avaliamos a razoabilidade das movimentações dessas provisões técnicas desde o último período auditado. Consideramos que as informações divulgadas nas demonstrações financeiras estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

São Paulo, 24 de fevereiro de 2023



PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes Contador CRC 1SP222767/O-3

